

## CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

### RESOLUÇÃO Nº 129/2016

**O Egrégio Conselho Superior do Ministério Público do Estado da Bahia**, reunido em sessão ordinária no dia 03 de Agosto de 2016, deliberou, à unanimidade, pela **homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatoria**, dos Procedimentos Cíveis a seguir indicados:

- 1.1. Inquérito Civil SIMP nº 597.0.60686/2014, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 1.2. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.231078/2011, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 1.3. Procedimento Ministerial SIMP nº 007.0.98192/2014, da 2ª Promotoria de Justiça de Amargosa;
- 1.4. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.209227/2012, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
- 1.5. Inquérito Civil SIMP nº 035.0.15436/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Cachoeira;
- 1.6. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.135794/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
- 1.7. Inquérito Civil SIMP nº 167.0.59053/2012, da 2ª Promotoria de Justiça de Mata de São João;
- 1.8. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.118989/2013, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 1.9. Procedimento Ministerial SIMP nº 007.0.203001/2009, da 2ª Promotoria de Justiça de Amargosa;
- 1.10. Procedimento Ministerial SIMP nº 083.0.142834/2013, da Promotoria de Justiça de Conceição de Feira.
- 1.11. Procedimento Ministerial SIMP nº 698.0.17357/2014, da 3ª Promotoria de Justiça de Irecê;
- 1.12. Inquérito Civil SIMP nº 323.0.38629/2014, da 2ª Promotoria de Justiça de Irará;
- 1.13. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.1.104150/2005, da 1ª Promotoria de Justiça de Entre Rios;
- 1.14. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.12215/2015, da Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo;
- 1.15. Inquérito Civil SIMP nº 170.0.5877/2016, da Promotoria de Justiça de Miguel Calmon;
- 1.16. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.93096/2014, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 1.17. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.113716/2015, da 5ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente;
- 1.18. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.37459/2015, da 4ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 1.19. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.84959/2011, do Grupo de

Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;

1.20. Procedimento Ministerial SIMP nº 001.0.223028/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;

1.21. Procedimento Ministerial SIMP nº 591.0.53531/2016, da 5ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;

1.22. Procedimento Ministerial SIMP nº 706.0.41622/2016, da 3ª Promotoria de Justiça de Porto Seguro;

1.23. Procedimento Ministerial SIMP nº 674.0.206322/2015, da 4ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;

1.24. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.11021/2011, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;

1.25. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.49115/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente de Salvador;

1.26. Inquérito Civil SIMP nº 117.0.124088/2014, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Guanambi;

1.27. Inquérito Civil SIMP nº 598.0.52097/2015, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;

1.28. Inquérito Civil SIMP nº 708.0.27139/2015, da Promotoria de Justiça Regional Ambiental com sede em Teixeira de Freitas;

1.29. Inquérito Civil SIMP nº 598.0.202661/2014, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro.

1.30. Procedimento Ministerial SIMP nº 592.0.45328/2011, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;

1.31. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.161498/2007, da 5ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;

1.32. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.109896/2012, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;

1.33. Procedimento Ministerial SIMP nº 001.0.62407/2015, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Ilhéus;

1.34. Procedimento Ministerial SIMP nº 717.0.20917/2016, da 2ª Promotoria de Justiça de Santa Maria da Vitória;

1.35. Procedimento Ministerial SIMP nº 001.0.84563/2014, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;

1.36. Inquérito Civil SIMP nº 657.0.8463/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Ipiaú;

1.37. Procedimento Ministerial SIMP nº 001.0.230169/2013, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;

1.38. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.170994/2008, da 6ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente;

1.39. Inquérito Civil SIMP nº 090.0.167500/2007, da Promotoria de Justiça de Itanhém;

1.40. Procedimento Ministerial SIMP nº 598.0.15901/2013, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;

1.41. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.1.20341/2005, da 4ª Promotoria de Justiça de Ipiaú;

1.42. Inquérito Civil SIMP nº 674.1.27470/2006, da 5ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;

1.43. Procedimento Ministerial SIMP nº 709.0.146740/2015, da 4ª Promotoria

de Justiça de Simões Filho.

1.44. Inquérito Civil SIMP nº 702.0.243279/2012, da 3ª Promotoria de Justiça de Jacobina;

1.45. Procedimento Ministerial SIMP nº 001.0.82142/2013, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;

1.46. Procedimento Ministerial SIMP nº 035.0.14671/2016, da 2ª Promotoria de Justiça de Cachoeira;

1.47. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.211315/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

1.48. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.239058/2014, da Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo;

1.49. Procedimento Ministerial SIMP nº 591.0.245145/2015, da 5ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;

1.50. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.141692/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;

1.51. Inquérito Civil SIMP nº 598.0.210497/2014, da 3ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;

1.52. Procedimento Ministerial SIMP nº 598.0.200029/2015, da Promotoria de Justiça Regional Ambiental de Juazeiro;

1.53. Inquérito Civil SIMP nº 596.0.87822/2011, da 2ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;

1.54. Inquérito Civil SIMP nº 720.0.64690/2014, da 3ª Promotoria de Justiça de Riachão do Jacuípe;

1.55. Inquérito Civil SIMP nº 600.0.60524/2014, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;

1.56. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.160677/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;

1.57. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.10375/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;

1.58. Procedimento Ministerial SIMP nº 001.0.9254/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;

1.59. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.120249/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

1.60. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.136665/2009, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDDEF;

1.61. Procedimento Ministerial SIMP nº 593.0.6559/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras;

1.62. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.85735/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDDEF;

1.63. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.87237/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDDEF;

1.64. Procedimento Ministerial SIMP nº 001.0.8554/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;

1.65. Procedimento Ministerial SIMP nº 001.0.117641/2013, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;

